 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	1 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

SC Nº _____ / Nº Chamado do GLPI _____

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de serviço de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE MEDIDA/MODALIDADE	TEMPO DA DIÁRIA
01	Ambulância Tipo B	Diária	8HS
02	Ambulância Tipo B	½ Diária	4HS
03	Ambulância Tipo D	Diária	8HS
04	Ambulância Tipo D	½ Diária	4HS

1.2 **Ambulância de Suporte Básico (Tipo B):** Ambulância para atendimento e transporte pré-hospitalar e inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino.


1.2.1 A ambulância deve obrigatoriamente ser tripulada por um motorista e um enfermeiro e possuir as seguintes habilitações:

- O enfermeiro deverá possuir termo de responsabilidade técnica do COREN e habilitação para ações de enfermagem no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.
- O motorista deve possuir carteira nacional de habilitação – CNH, categoria D e certificado de curso de emergência de prática veicular, nos termos da normalização do COTRAN.

Deverá contar com os equipamentos médicos descritos a seguir, conforme legislação vigente:

Materiais e equipamentos mínimos:

- Sinalizador óptico e acústico;
- Equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel;
- Maca articulada e com rodas;
- Suporte para soro;
- Instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída;
- Oxigênio com régua tripla (a alimentação do respirador; b fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi);


 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	2 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- Manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação;
- Cilindro de oxigênio portátil com válvula;
- Maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos;
- Maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gases estéreis, braceletes de identificação;
- Suporte para soro;
- Prancha curta e longa para imobilização de coluna;
- Talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais;
- Colete imobilizador dorsal;
- Frascos de soro fisiológico e ringer lactato;
- Bandagens triangulares;
- Cobertores;
- Coletes refletivos para a tripulação;
- Lanterna de mão;
- Óculos, máscaras e aventais de proteção e maletas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços.

1.3 Ambulância de Suporte Avançado (Tipo D): Ambulância para atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deverá contar com os equipamentos médicos descritos a seguir, conforme legislação vigente:

1.3.1 A ambulância deve ser tripulada por um motorista, um enfermeiro e um médico e possuir as seguintes habilitações:

- O enfermeiro deverá possuir termo de responsabilidade técnica do COREN e habilitação para ações de enfermagem no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.
- O motorista deve possuir carteira nacional de habilitação – CNH, categoria D e certificado de curso de emergência de prática veicular, nos termos da normalização do COTRAN.


 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	3 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- O Médico deverá possuir termo de responsabilidade técnica no CRM e habilitação para Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.

Deverá contar com os equipamentos médicos descritos a seguir, conforme legislação vigente:


Materiais e equipamentos mínimos:

- Sinalizador óptico e acústico;
- Equipamento de rádio comunicação fixo e móvel;
- Maca com rodas e articulada;
- Dois suportes de soro;
- Cadeira de rodas dobrável;
- Instalação de rede portátil de oxigênio como descrito no item anterior (é obrigatório que a quantidade de oxigênio permita ventilação mecânica por no mínimo duas horas);
- Respirador mecânico de transporte;
- Oxímetro não invasivo portátil;
- Monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível (em caso de frota deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca marca-passo externo não-invasivo);
- Bomba de infusão com bateria e equipo;
- Maleta de vias aéreas contendo: máscaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos;
- Cateteres de aspiração;
- Adaptadores para cânulas;
- Cateteres nasais;
- Seringa de 20ml;
- Ressuscitador manual adulto/infantil com reservatório;
- Sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos;
- Luvas de procedimentos; máscara para ressuscitador adulto/infantil;
- Lidocaína geléia e "spray";
- Cadarços para fixação de cânula;
- Laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas;
- Estetoscópio;
- Esfigmomanômetro adulto/infantil;
- Cânulas orofaríngeas adulto/infantil;
- Fios guia para intubação;
- Pinça de Magyll;
- Bisturi descartável;
- Cânulas para traqueostomia;
- Material para cricotiroidostomia;
- Conjunto de drenagem torácica;
- Maleta de acesso venoso contendo: tala para fixação de braço;
- Luvas estéreis;

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	4 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- Recipiente de algodão com anti-séptico;
- Pacotes de gaze estéril;
- Esparadrapo;
- Material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas, plásticas e agulhas especiais para punção óssea;
- Garrote;
- Equipos de macro e microgotas;
- Cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto/infantil;
- Tesoura, pinça de Kocher;
- Cortadores de soro;
- Lâminas de bisturi;
- Seringas de vários tamanhos;
- Torneiras de 3 vias;
- Equipo de infusão de 3 vias;
- Frascos de soro fisiológico, ringer lactato e soro glicosado;
- Caixa completa de pequena cirurgia;
- Maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação;
- Sondas vesicais;
- Coletores de urina;
- Protetores para eviscerados ou queimados;
- Espátulas de madeira;
- Sondas nasogástricas;
- Eletrodos descartáveis;
- Equipos para drogas fotossensíveis;
- Equipo para bombas de infusão;
- Circuito de respirador estéril de reserva;
- Equipamentos de proteção à equipe de atendimento: óculos, máscaras e aventais;
- Cobertor ou filme metálico para conservação do calor do corpo;
- Campo cirúrgico fenestrado;
- Almotolias com anti-séptico;
- Conjunto de colares cervicais;
- Prancha longa para imobilização da coluna.

1.4 A ambulância deverá estar em perfeito estado de conservação, inclusive quanto a mecânica, carroceria e acomodações do paciente e profissionais, equipamentos de segurança e tráfego previstos na legislação; possuir documentação totalmente regularizada e estar licenciada em nome da empresa que vier a ser contratada.

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	5 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

1.5 Os medicamentos e materiais de uso e consumo utilizados em todos os atendimentos deverão estar inclusos no preço ofertado.

2 DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO


- 2.1 Tendo em vista que a Fundação PTI-BR recebe vários eventos, e também levando em consideração à distância do Parque dos principais centros de saúde da cidade, a contratação de serviço especializado de remoção, evacuação pré-hospitalar e inter-hospitalar (ambulância tripulada) mostra-se essencial, devido à assistência integralizada e de qualidade em casos de urgência e emergência. Sabe-se que, o primeiro atendimento deve ser rápido e eficiente a vítimas em situações de risco, pois é fundamental para a vida. Os momentos entre a situação de urgência e emergência e a chegada do atendimento especializado são cruciais para aumentar as chances de sobrevivência da vítima
- 2.2 Optou-se pelo credenciamento porque é do interesse da Fundação PTI-BR obter o maior número possível de prestadores de serviços de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar, abrangendo ambulância do tipo B e D, já que tais serviços podem ser executados, simultaneamente, por diversas empresas de maneira satisfatória.
- 2.3 O credenciamento possibilita à Fundação PTI-BR manter um cadastro de empresas pré-habilitadas a prestar os serviços, garantindo agilidade e segurança na contratação.

3 DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 3.1 Os serviços deverão ser executados nas dependências da Fundação PTI – BR, na Avenida Tancredo Neves, 6731, ou em outro local na cidade de Foz do Iguaçu, determinado pela área demandante.

4 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 4.1 A CONTRATADA atuará mediante convocação e em razão da necessidade da Fundação PTI-BR.
- 4.2 A contratada deve disponibilizar ambulância, nos moldes do **item 01**, para realizar pronto-atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar de urgência e emergência.
- 4.3 A execução dos serviços será iniciada após a emissão pela Fundação PTI-BR do documento Ordem de Serviço (OS), devidamente aprovada pelo representante da Fundação PTI-BR e com rubrica do representante da CONTRATADA.
- 4.4 Em função das necessidades da Fundação PTI-BR, a Ordem de Serviço (OS) poderá ser comunicada por meio eletrônico à CONTRATADA e formalizada, posteriormente, com a emissão do documento datado e assinado pelas

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	6 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

partes antes do início da execução do serviço.

4.5 A Ordem de Serviço (OS) deverá especificar o escopo do trabalho a ser executado, contendo:

- a) Identificação do trabalho (título e numeração);
- b) Data de solicitação;
- c) Local da ocorrência do serviço;
- d) Enquadramento dos serviços, conforme escopo deste Termo de Referência;
- e) Detalhamento do pedido e características técnicas, bem como prazos e outras especificações de entrega, a critério da Fundação PTI-BR.

4.6 Eventuais alterações quanto ao detalhamento especificado na Ordem de Serviço (OS) deverão ser acordadas entre as partes e, devidamente, registradas por escrito em documentos anexos à Ordem de Serviço (OS).

4.7 A rubrica do representante da CONTRATADA configura recebimento e aceitação das instruções expressas na Ordem de Serviço (OS) e em seus anexos.

4.8 A CONTRATADA considera-se, perfeitamente, informada das condições pactuadas, bem como totalmente informada quanto ao local, data e horários onde serão executados os serviços.

4.9 Os serviços serão solicitados com antecedência mínima de até 24 horas anteriores a data do evento.

4.10 Durante o evento por força maior ou se o gestor julgar necessário a permanência da ambulância por um período maior que o previsto na ordem de serviço, a tripulação e empresa será comunicada da necessidade das horas excedentes. **O valor da hora excedente será pago proporcional o valor da modalidade do serviço contratado.**


4.11 É de responsabilidade do prestador do serviço a Regulação Médica, junto as entidades competentes para definir um plano de deslocamento de acordo com a enfermidade de cada paciente.

4.12 O prestador do serviço deverá informar o plano de Regulação Médica 24 horas antes da execução do serviço.

4.13 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Fundação PTI - BR, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.14 Os serviços deverão ser verificados pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.15 Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo de 4 dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	7 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.16 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, imediatamente a contar da notificação da CONTRATADA, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.17 Os serviços serão recebidos, definitivamente, no prazo de 7 dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e, conseqüente, aceitação mediante termo circunstanciado.

4.17.1 NA HIPÓTESE DE A VERIFICAÇÃO A QUE SE REFERE O SUBITEM ANTERIOR NÃO SER PROCEDIDA DENTRO DO PRAZO FIXADO, REPUTAR-SE-Á COMO REALIZADA, CONSUMANDO-SE O RECEBIMENTO DEFINITIVO NO DIA DO ESGOTAMENTO DO PRAZO.

4.18 O recebimento, provisório ou definitivo, do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do instrumento contratual.

4.19 A realização do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.20 Todas as despesas com a execução dos serviços (tais como: mão de obra, transporte, alimentação, entrega, encargos, impostos de qualquer natureza), incidentes sobre o objeto do presente, são de inteira responsabilidade e risco da empresa CONTRATADA.


5 DA CONTRATAÇÃO

5.1 As empresas que atenderem aos requisitos deste Termo de Referência, do Edital e de seus anexos e apresentarem toda a documentação solicitada serão consideradas credenciadas a prestar os serviços para a Fundação PTI-BR.

5.2 A prestação dos serviços poderá ser solicitada enquanto perdurar a vigência do edital de credenciamento ao qual este termo de referência está vinculado.

5.3 O credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e unilateral da Fundação PTI-BR, comunicando, expressamente, ao Contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

5.4 O credenciado que se declarar impedido de atender alguma demanda deverá apresentar justificativa no prazo de até 04 horas após o recebimento da Ordem de Serviços, informando os motivos que impossibilitam o cumprimento da ordem de serviços.

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	8 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

5.4.1 CASO A JUSTIFICATIVA APRESENTADA NÃO SEJA ACEITA PELA ÁREA GESTORA DO CREDENCIAMENTO, A EMPRESA PODERÁ SER DESCRENCIADA, FICANDO IMPEDIDA DE APRESENTAR NOVO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO NO PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE EDITAL, RESPEITANDO-SE O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.

5.5 São de inteira responsabilidade do CREDENCIADO as obrigações pelos encargos previdenciários, sociais, fiscais, trabalhistas, securitários e comerciais resultantes de execução do serviço.

5.6 O credenciamento ou instrumento contratual celebrado com o interessado habilitado não gera qualquer vínculo empregatício com a Fundação PTI-BR.

5.7 Da alternatividade entre os credenciados.

5.7.1 A SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ CONFORME A NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA DA FUNDAÇÃO PTI-BR, SENDO RESPEITADA A ALTERNATIVIDADE ENTRE OS CREDENCIADOS, SEMPRE EXCLUÍDA A VONTADE DA FUNDAÇÃO PTI-BR NA DETERMINAÇÃO DA DEMANDA POR CREDENCIADO.

5.7.2 HAVENDO MAIS DE UM CREDENCIADO, A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OCORRERÁ MEDIANTE O SISTEMA DE RODÍZIO, INICIADO POR SORTEIO. A ORDEM DE SORTEIO ESTABELECE A ORDEM DE CHAMADA DOS CREDENCIADOS. DESTA FORMA, O PRIMEIRO SORTEADO SERÁ CONVOCADO PARA PRIMEIRA VAGA DISPONÍVEL, E ASSIM SUCESSIVAMENTE.

5.7.3 AQUELES QUE FOREM CREDENCIADOS APÓS O PRAZO INICIAL DE ENVIO DE DOCUMENTOS PREVISTO EM EDITAL, ENTRARÃO NO FINAL DA ORDEM DA LISTA DE ATENDIMENTO ESTABELECIDADA PELO SORTEIO.


5.7.4 O CRITÉRIO QUE SERÁ UTILIZADO NO RODÍZIO É A ALTERNÂNCIA DE CREDENCIADOS, OU SEJA, O MESMO CREDENCIADO NÃO PODERÁ ATENDER DUAS SOLICITAÇÕES EM SEQUÊNCIA.

5.7.5 O SORTEIO SERÁ REALIZADO NA FUNDAÇÃO PTI-BR COM DIVULGAÇÃO PRÉVIA DA DATA E O RESULTADO SERÁ DISPONIBILIZADO NO SITE WWW.PTI.ORG.BR.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 São obrigações da Contratante:

- I Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- II Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	9 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de colaborador especialmente designado;


- IV Efetuar o pagamento, à contratada, no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- V Disponibilizar o endereço *e-mail* e o contato telefônico;
- VI Permitir o livre acesso, da contratada, às dependências da Fundação PTI - BR, observadas as normas de segurança da Fundação PTI - BR e da Itaipu Binacional, para os casos em que seja requerida a instalação, a substituição ou a devolução do(s) objeto(s);
- VII Proporcionar as condições necessárias para o pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, isto é, àquelas previstas no Termo de Referência;
- VIII Comunicar, à contratada, toda e qualquer ocorrência relacionada ao fornecimento dos equipamentos, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas.

6.2 A Fundação PTI - BR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento contratual, bem como por qualquer dano, causado a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da Contratada:


- I** Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e da sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e na proposta;
- II** Com base na Portaria 2.048/2002 do Min. Da Saúde, a CONTRATANTE poderá solicitar em qualquer tempo para CONTRATADA apresentar as seguintes documentações dos profissionais designados para executar os serviços deste objeto:
 - O enfermeiro deverá possuir termo de responsabilidade técnica do COREN e habilitação para ações de enfermagem no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.
 - O motorista deve possuir carteira nacional de habilitação – CNH, categoria D e certificado de curso de emergência de prática veicular, nos termos da normalização do COTRAN.
 - O Médico deverá possuir termo de responsabilidade técnica no CRM e habilitação para Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	10 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				


- III** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- IV** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- V** Responsabilizar-se pela Regulação Médica, junto as entidades competentes para definir um plano de deslocamento de acordo com a enfermidade de cada paciente;
- VI** Providenciar a substituição, imediata, da ambulância no caso de apresentar defeito que prejudique a prestação do serviço;
- VII** Utilizar na prestação de serviços, veículos, em perfeito estado de conservação e que atendam as especificações do Código de Trânsito Brasileiro.
- VIII** Realizar a desinfecção da ambulância antes de sua utilização e sempre que necessário, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 930/1992 do Ministério da Saúde e demais normas;
- IX** A empresa, deverá atender as exigências da Portaria 2.048/2002 do Ministério da Saúde, a Resolução SESA nº 251/2014 da Secretaria da Saúde do Paraná e a Resolução COFEN nº 375/2011.
- X** A empresa deverá manter sempre atualizada licença sanitária do veículo, conforme previsto no Art.3 da Resolução SESA nº 251/2014; Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES; Licença de funcionamento da pessoa jurídica fornecida pela vigilância sanitária; Certificado de inscrição da pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem e Certificado de inscrição de pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Medicina;

A contratada deverá apresentar a Fundação PTI-BR, sempre que solicitado os documentos a que se referem aos itens 1.2.1 e 1.3.1, deste termo de referência.

- XI** Relatar, à Contratante, toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- XII** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XIII** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;
- XIV** Nos preços, deverão estar incluídos todas as obrigações, encargos e custos decorrentes da contratação;
- XV** Manter contato com a FUNDAÇÃO PTI-BR, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados por escrito, dentro de 3 (três) dias úteis;

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	11 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- XVI** Colaborar, com a fiscalização da FUNDAÇÃO PTI-BR, em qualquer fase da entrega do objeto deste instrumento;
- XVII** Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à FUNDAÇÃO PTI-BR ou a terceiros pelos seus empregados, decorrente de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução deste Contrato seja fiscalizada pela FUNDAÇÃO PTI-BR;
- XVIII** Manter, durante o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas;
- XIX** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado sem a aprovação da Fundação PTI-BR;
- XX** Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- XXI** Entregar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequada, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- Não utilizar, em todas as atividades relacionadas à execução deste instrumento, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os prestadores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de rescisão do Contrato;
- XXII** Os prejuízos ou danos causados pelos seus funcionários aos bens móveis, imóveis, equipamentos e utensílios da Fundação PTI, após comunicação formal do Fiscal do Contrato, deverão ser substituídos por materiais/bens idênticos ou recuperados quando possível, deixando-os em perfeito estado de conservação ou funcionamento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- XXIII** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 122, inciso 2º do RELC;
- XXIV** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) quando for o caso;
- XXV** Apresentar à Fundação PTI-BR, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão na Fundação para a execução do serviço;
- XXVI** A CONTRATADA deverá realizar a correção dos problemas verificados, no prazo estipulado, posteriormente pela Fundação PTI-BR, a contar do recebimento da comunicação ou do conhecimento dos defeitos;
- XXVII** Cumprir com as demais obrigações previstas neste Termo de Referência;

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	12 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

8 DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9 DA VISTORIA

9.1 NÃO SE APLICA AO SERVIÇO A SER CONTRATADO.

10 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação da conformidade com o objeto desta contratação.

10.1.1 O REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO PTI-BR DEVERÁ TER A EXPERIÊNCIA NECESSÁRIA PARA O ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

10.1.2 AS DECISÕES E PROVIDÊNCIAS, QUE ULTRAPASSAREM A COMPETÊNCIA DO REPRESENTANTE, DEVERÃO SER SOLICITADAS, A SEUS SUPERIORES, EM TEMPO HÁBIL PARA A ADOÇÃO DAS MEDIDAS CONVENIENTES.

10.2 A verificação da adequação da execução dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.3 A execução dos instrumentos contratuais, quando for o caso, deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 137 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação PTI-BR (RELC) (quando for o caso).


10.4 O gestor do instrumento contratual ou o fiscal designado deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme § 2º do art. 137 do RELC.

10.5 O descumprimento, total ou parcial, das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo, quanto às obrigações e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções cabíveis, podendo culminar na rescisão contratual.

11 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 A CONTRATADA deverá ser especializada em locação de ambulância e remoção de pacientes com unidade móvel cuja a função é prestar atendimento médico em caso de urgência, emergência, além disso deve ter experiência no tipo de serviço prestado, referente às atividades do presente objeto, garantindo condições técnicas e profissionais para a execução do serviço.

11.2 A qualificação técnica da empresa deverá ser comprovada mediante

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	13 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

a apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 Apresentar pelo menos, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, compatível com o objeto deste Termo de Referência, comprovando que a CONTRATADA prestou serviço de atendimento e transporte pré-hospitalar e inter-hospitalar de pacientes, por Ambulância de Suporte Básico – Tipo B e/ou Ambulância de Suporte Avançado- Tipo D, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado.

11.2.1.1 O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- I Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- II Endereço completo;
- III Manifestação acerca da qualidade do fornecimento;
- IV Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para a solicitação de informações adicionais de interesse da Comissão de Licitação;
- V O atestado deverá evidenciar o período em que o serviço foi prestado.

11.2.2 Licença sanitária do veículo por categoria, conforme previsto no art.3 da resolução sesa nº 251/2014;

11.2.3 Cadastro nacional de estabelecimentos de saúde – CNES;

11.2.4 Licença de funcionamento da pessoa jurídica fornecida pela vigilância sanitária;


11.2.5 Certificado de inscrição da pessoa jurídica emitido pelo conselho regional de enfermagem;

11.2.6 Certificado de inscrição de pessoa jurídica emitido pelo conselho regional de medicina;

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- II Apresentação de documento falso;
- III Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	14 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

específico;

VI Incurrer em inexecução contratual;

VII Não pagamento, pela CONTRATADA, das verbas trabalhistas, encargos sociais e previdenciários.

12.2 Para toda e qualquer ofensa aos deveres contratuais, poderão ser aplicadas, à CONTRATADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I Advertência para faltas leves, assim entendidas: aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o Contratante.

II Multa Moratória, equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado no instrumento contratual, por dia de atraso.

III Multa compensatória, de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total do instrumento contratual ou por ato que frustre ou fraude a licitação, sem prejuízo de rescisão unilateral da avença.

IV Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI - BR, por até 5 (cinco) anos.

12.3 Considera-se, como inexecução total do instrumento contratual, o atraso na execução do serviço por mais de 02 horas.

12.4 Como forma de punir certas ocorrências pontuais da CONTRATADA, serão aplicados os quadros a seguir, respeitando-se o limite para a **aplicação de multas** estabelecida por este Termo de Referência, independentemente da aplicação de outras penas.


12.4.1 A CARACTERIZAÇÃO FORMAL DA "OCORRÊNCIA", DO ITEM "DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA" DO "QUADRO 2 - INFRAÇÃO", SERÁ A NOTIFICAÇÃO DA CONTRATADA PELA FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO PTI-BR, SENDO DE UM DIA A PERIODICIDADE MÍNIMA PARA A REPETIÇÃO DESSES ATOS.

Quadro 1 - Correspondência

GRAU	VALOR DA MULTA
1	0,2% do valor do contrato
2	0,4% do valor do contrato
3	0,8% do valor do contrato
4	1,6% do valor do contrato
5	3,2% do valor do contrato

12.5 Na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR deverá ser considerada a dosimetria da penalidade, conforme tabela a seguir:

INFRAÇÃO	PENA (MÁXIMA)
Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;	04 (quatro) meses
Apresentação de documento falso;	30 (trinta) meses

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	15 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;	30 (trinta) meses
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;	30 (trinta) meses
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;	36 (trinta e seis) meses
Incorrer em inexecução contratual.	12 (doze) meses

12.5.1.1 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR para o caso de inexecução contratual deve ser aplicada apenas no caso de inadimplemento grave ou que se entenda que não é dispensável de cumprimento.


12.6 As sanções, previstas na tabela acima, de infração e pena, poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante abaixo, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência dos seguintes termos:

- I Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro, no Cadastro de Fornecedores da Fundação PTI-BR, de penalidade aplicada em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas neste instrumento, nos 24 (vinte e quatro) que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- II Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- III Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou
- IV Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.


12.7 As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.

12.8 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Fundação PTI - BR, nos termos do art. 157 do RELC:

- I Às pessoas físicas integrantes do quadro societário da pessoa jurídica, independentemente de nova pessoa jurídica que vieram a criar ou de outra em que figurarem como sócios;
- II Às pessoas jurídicas que possuam sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	16 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

- 12.9 A Fundação PTI - BR poderá rescindir o instrumento contratual caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassem 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste instrumento contratual.
- 12.10 Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à Fundação PTI - BR, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.
- 12.11 As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI - BR, por até 5 (cinco) anos, poderão ser aplicadas juntamente às sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à Fundação PTI - BR, decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.
- 12.12 A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CONTRATADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.
- 12.13 A Fundação PTI - BR reserva-se o direito de deduzir, dos valores devidos à CONTRATADA, as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que a mesma causar à Fundação PTI - BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.
- 12.14 As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à Fundação PTI - BR.
- 12.15 Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento contratual, excluir-se-á o dia do início, incluir-se-á o vencimento e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.
- 12.16 A aplicação das penalidades previstas deverá ser realizada em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando o art. 159 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil (RELC da Fundação PTI - BR).
- 12.17 A CONTRATADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.
- 12.18 Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. O recurso será julgado pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação PTI-BR.
- 12.19 A não ocorrência das penalidades acima referidas não impede que a Fundação PTI - BR rescinda, unilateralmente, o instrumento contratual.
- 12.20 Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômico-financeira da sancionada (em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio), reincidência, assim entendida: a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	17 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, art. 158 do RELC.

12.21 No caso de atraso do pagamento por parte da Fundação PTI - BR, a CONTRATADA poderá exigir as penalidades a seguir:

- I Multa, de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente;
- II Juros, de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

13 DO PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS

13.1 Não se aplica ao serviço a ser contratado.

14 DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento ao credenciado será efetuado de acordo com a demanda, tendo por base o valor definido no edital.


14.2 É vedada a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores definidos no edital.

14.3 O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento definitivo do serviço, a ser realizado pela Fundação PTI-BR.

14.4 O pagamento está condicionado ao aceite do documento fiscal, que consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos quando aplicáveis, e compatibilidade da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), com o objeto contratado.

14.5 A nota fiscal somente poderá ser emitida após efetiva prestação de serviços, bem como a aprovação, por parte da Fundação PTI - BR, do(s) seguinte(s) documento(s):

- I "Ordem de Serviço", "Contrato" ou o Pedido de Compras" emitido pela Fundação PTI-BR;
- II Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- IV Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- V Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS);
- VI Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo à realização dos serviços executados;

	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	18 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

VII Cópias das guias de recolhimento quitadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, GFIP e da Previdência Social (GPS) dos empregados da CONTRATADA que forem designados para a prestação dos serviços ora contratados, correspondente ao mês imediatamente anterior, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA (quando couber).

14.6 O pagamento dos serviços está condicionado às execuções pela CONTRATADA, a aprovação pela Fundação PTI - BR, bem como à entrega da documentação, completa, exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em instrumento contratual.

14.7 Caso a Contratada esteja enquadrada no regime tributário do SIMPLES NACIONAL, ela deverá entregar, junto ao documento fiscal, a declaração do enquadramento e o respectivo anexo. Quando possuir benefícios fiscais de imunidade ou isenção, a mesma deve apresentar declaração com a base legal do enquadramento.

14.8 Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição municipal 36.687, não contribuinte de ICMS, situada na Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR).


14.8.1 NOS DOCUMENTOS FISCAIS DEVERÃO CONSTAR: O NÚMERO DO PEDIDO DE COMPRAS, A DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS PRESTADOS, O LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (QUANDO OCORRER FORA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU – PR) E O DESTAQUE DAS RETENÇÕES DE TRIBUTOS (QUANDO APLICÁVEIS).

14.9 Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o *e-mail*: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser entregues para a área de recebimento.

14.10 A Contratada deverá informar, no campo de Observações Complementares dos documentos fiscais, o número e nome do Convênio (quando aplicável).

14.11 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couberem, estarão sujeitos à retenção de tributos, conforme a legislação vigente:

- I Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), conforme Decreto nº 9.580 de 2018 art. 74 RIR/2018. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), conforme Lei 10.833/2003 e Instrução Normativa RFB 459/2004;
- II Contribuição social previdenciária (INSS), na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	19 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

III Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital;

IV Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

14.12 A CONTRATADA, quando da formalização de sua Proposta Comercial, assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI - BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

14.13 Caso a CONTRATADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento do documento fiscal no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá 10 (dez) dias úteis a contar da data da apresentação formal, pela CONTRATADA à Fundação PTI - BR, dos respectivos documentos faltantes.

14.14 A Fundação PTI - BR poderá, ao seu critério, deduzir (dos pagamentos devidos à CONTRATADA) valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste instrumento contratual.

15 DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

15.1 O prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante Termo Aditivo, respeitando o limite previsto no Art. 112 do RELC.

16 DA GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO


16.1 Não se aplica ao serviço a ser contratado.

17 CONSIDERAÇÕES GERAIS

17.1 Todas as despesas, encargos, fretes, impostos de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto do presente, honorários, taxa de agenciamento e todas as obrigações sociais e previdenciárias são de inteira responsabilidade e risco da empresa vencedora.

17.2 Nos custos apresentados devem estar inclusas despesas necessárias para com a contratação dos profissionais.

17.3 Durante todo o período de contratação, a empresa CONTRATADA deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto a Fundação PTI - BR.

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	Código do documento	Revisão	Data de aprovação	Nº. de páginas
	FORM.CL.022	1.5	09/10/2019	20 de 20
FORMULÁRIO – TERMO REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VIA RELC				

18 APROVAÇÃO

<p>-----</p> <p>Valter Rigo Responsável Técnico</p>	<p>-----</p> <p>Janine Ramos de Almeida Responsável pelo Centro de Custo</p>
<p>Data: / /2019 Área: GP</p>	